



O NOVO PAC

CASA CIVIL

O NOVO PAC

Um Programa estratégico de investimento em infraestrutura que:

- › Faça a integração do investimento público com o investimento privado
- › Retome o papel do setor público como indutor do investimento
- › Aproveite a experiência do PAC e do PIL - obras públicas e concessões

O NOVO PAC

Princípios

- › Garantir infraestrutura para competitividade e crescimento do Brasil
- › Promover o desenvolvimento inclusivo, social e ambientalmente sustentável
- › Buscar o bem-estar de todos os cidadãos, nas cidades e no campo
- › Gerar emprego e renda

O NOVO PAC

Diretrizes

- › Retomar obras paralisadas e acelerar as que estão em ritmo lento
- › Promover a integração e reduzir as desigualdades regionais
- › Priorizar investimentos que contribuam para a transição ecológica
- › Integrar o investimento em infraestrutura ao processo de reindustrialização

ELABORAÇÃO DO NOVO PAC

CASA CIVIL

EIXOS DO NOVO PAC

TRANSPORTES

- › Rodovias
- › Ferrovias
- › Portos
- › Aeroportos
- › Hidrovias

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

- › Educação
- › Saúde
- › Cultura
- › Esportes

COMUNICAÇÕES

- › Conectividade nas escolas e equipamentos públicos
- › TV 3.0
- › Infovias

INFRAESTRUTURA URBANA

- › Minha Casa Minha Vida
- › Financiamento Habitacional
- › Urbanização de assentamentos precários
- › Mobilidade Urbana
- › Gestão de resíduos sólidos
- › Prevenção a desastres - drenagem e contenção de encostas

ÁGUA PARA TODOS

- › Abastecimento de água
- › Esgotamento sanitário
- › Infraestrutura hídrica
- › Irrigação
- › Água no ambiente rural
- › Revitalização de bacias hidrográficas

ENERGIA

- › Geração
- › Transmissão
- › Distribuição e Luz para Todos
- › Petróleo e Gás
- › Transição Energética e Indústria
- › Combustíveis Renováveis

ORIGEM DAS PROPOSTAS DO NOVO PAC

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento será composto pela retomada de obras paralisadas, aceleração das obras em andamento e novas obras, que terão as seguintes origens:

- › **Obras estruturantes** priorizadas pelo **governo federal**
- › **Obras estruturantes** priorizadas pelos **governos estaduais** - OGU e Financiamento
- › **Seleção de obras** de estados e municípios para os Eixos Infraestrutura Urbana, Água para todos e Equipamentos Sociais - OGU e Financiamento
- › **Projetos e Obras de concessões e PPP's** - Federais e subnacionais
- › **Empreendimentos privados estratégicos** com financiamento federal

CRITÉRIOS GERAIS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA

Priorizar:

- › Conclusão de empreendimentos do PAC e do PIL
- › Projetos estruturantes contemplados nos diversos planos estratégicos setoriais federais (PDE, PNSH, PNLT etc.)
- › Projetos que reduzam a desigualdade social e regional e que estejam alinhados com a política e os planos de desenvolvimento regional
- › Empreendimentos que contribuam para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas
- › Empreendimentos com estudos/projetos de engenharia em estágio avançado de desenvolvimento
- › Empreendimentos com baixo nível de restrição (ambiental, órgão de controle, judicial, fundiária)
 - › Baixos impactos socioambientais potenciais, por exemplo, em relação a comunidades indígenas e tradicionais (Terras Indígenas, Quilombolas etc.), áreas ambientalmente sensíveis (Unidades de Conservação, cavidades subterrâneas, etc.), necessidade de reassentamento, desmatamento ou indução do desmatamento

PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO

- › **Definir as diretrizes setoriais para enquadramento e priorização de projetos**
 - › Os Ministérios devem preparar suas propostas de diretrizes específicas para os Eixos ou Sub-Eixos. Prazo: até 17/03.
- › **Propor a relação de empreendimentos - MT, MPOR, MIDR, MME, MCOM**
Propor o volume de recursos para as seleções - MCID, MS, MEC, MINC e MESP
 - › Os Ministérios devem apresentar, em sistema informatizado, suas propostas de obras públicas e privadas e os montantes de recursos planejados para as seleções. Prazo: até 24/03.
- › **Analisar e aprovar as propostas dos Ministérios e compatibilizar a carteira de empreendimentos e seleções à disponibilidade de recursos (OGU e Financiamento)**
 - › Até 07/04
- › **Aprovar a carteira de empreendimentos e seleções**
 - › Até 21/04
- › **Divulgação do Novo PAC**
 - › Evento de divulgação e disponibilização do site do Novo PAC até 28/04

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE EMPREENDIMENTOS

Nome do Empreendimento:					
UFs beneficiadas:		Municípios beneficiados:		Localização	
				Latitude:	Longitude:
				Shapefile	
Meta Física:		Unidade de medida:		Executor:	
Valor total de investimento:		Valor a executar:		Data base do orçamento:	
Situação de projetos e obras					
Estágio do licenciamento ambiental	Estágio do projeto:	Estágio de obras:	Data de início das obras:	Obra paralisada?	Possui pendência judicial, com órgão de controle ou outra restrição?
Data de vigência da licença:	Data de conclusão do projeto:	% de execução de obras:	Data de conclusão das obras:	Motivo da paralisação:	
Planejamento orçamentário do empreendimento					
2023	2024	2025	2026	Pós-2026	

Estágios do processo de licenciamento ambiental: Licenciamento não iniciado; TR Emitido (estudos para LP); LP Requerida; LP Emitida; LI ou equivalente Requerida; LI ou equivalente Emitida; LO Requerida.

CASA CIVIL

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE SELEÇÃO

Nome do Eixo:	Nome do Sub-Eixo:					
Ministério Responsável:	Secretaria Responsável:					
Objeto da seleção: (ex: projetos de SAA; obras de SEE)	Grupo de Municípios:					
Metodologia de seleção						
Instrumento de formalização da seleção: (ex: edital)						
Periodicidade de recebimento de propostas:						
Periodicidade de análise de propostas e divulgação de resultados:						
Critérios de priorização:						
Investimento planejado						
Fonte	Ano	2023	2024	2025	2026	Pós-2026
OGU						
FIN						
Privado						

USUÁRIOS DO SISTEMA

Os Ministérios devem indicar o usuários do sistema de cadastramento de propostas de empreendimentos para o Novo PAC

- › Informar:
 - › Nome completo
 - › CPF
 - › e-mail institucional
 - › Perfil (Cadastrador ou Validador)
- › Podem ser indicadas múltiplas pessoas para o perfil “cadastrador”, mas apenas uma para o perfil “validador”
- › As indicações de usuários devem ser enviadas para investimento@presidencia.gov.br

INTEGRAÇÃO AO PROCESSO DE REINDUSTRIALIZAÇÃO

Fortalecimento das cadeias produtivas e política de conteúdo nacional:

- › Criação de agenda com o setor de indústria e comércio
- › Recriação da indústria naval
- › Fabricação de material rodante, ônibus, tubulações, bombas etc.
- › Comércio exterior e incorporação de tecnologias
- › Desenvolvimento de tecnologias nacionais

GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

CASA CIVIL

GOVERNANÇA

A Governança do Novo PAC será responsável por:

- › Definir medidas de incentivo ao investimento público e privado
- › Definir os projetos prioritários
- › Estabelecer a alocação de recursos (OGU e financiamento)
- › Coordenar os esforços governamentais para a consecução das metas propostas

GOVERNANÇA - NÍVEIS DECISÓRIOS

Conselho Gestor - CGPAC:

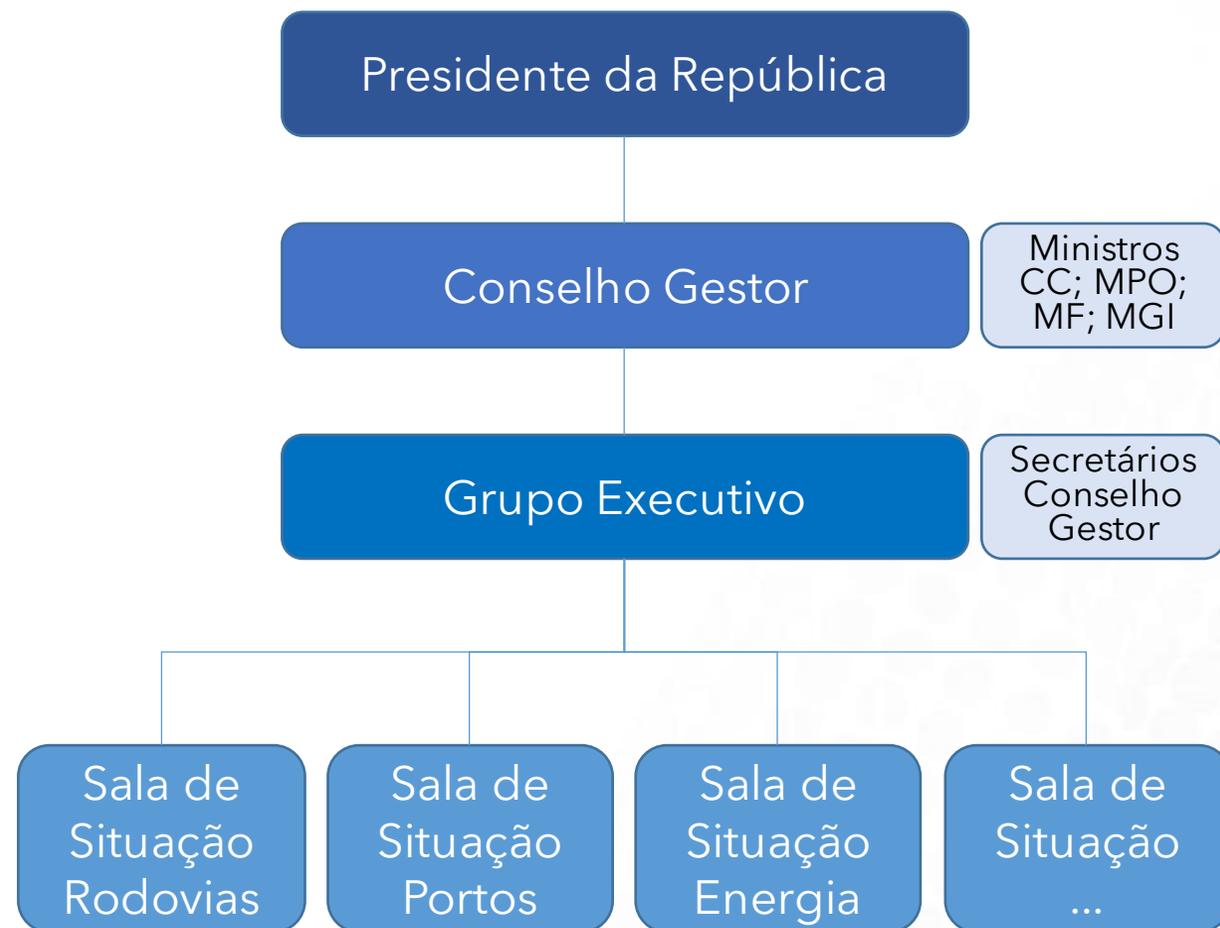
- › Aprovar as medidas do Novo PAC
- › Definir o espaço de investimento público por Eixo
- › Acompanhar os resultados e estabelecer redirecionamentos

Grupo Executivo - GEPAC:

- › Consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução
- › Apresentar propostas de medidas institucionais
- › Subsidiar as deliberações do CGPAC

Salas de Situação

- › Grupo operacional, organizado por Eixo ou Sub-Eixo, destinado a coordenar e monitorar a implementação das ações do Programa



TRANSPARÊNCIA

As informações sobre a execução dos empreendimentos e as medidas institucionais serão disponibilizadas por meio de:

- › Sítio eletrônico específico
- › Apresentação semestral de balanços públicos, contendo:
 - › Estágio e situação dos empreendimentos
 - › Impactos sobre a ampliação de investimentos e geração de empregos

MEDIDAS INSTITUCIONAIS

RETOMADA DO INVESTIMENTO PÚBLICO

- › Ampliação da interlocução interfederativa e entre os agentes federais
- › Previsibilidade no fluxo de recursos públicos
- › Seleções periódicas de empreendimentos
- › Simplificação dos processos de licitação e de transferência de recursos aos entes subnacionais
- › Indicadores de resultado e impacto

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- › Medidas de aperfeiçoamento do licenciamento ambiental
- › Fomento ao crédito e financiamento
 - › Direcionamento de fundos para ampliação do investimento em infraestrutura
 - › Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
 - › Debêntures incentivadas
- › Melhoria do ambiente regulatório
- › Ampliação da interlocução com o setor privado
- › Ampliação da capacidade de estruturação de concessões
- › Desoneração e reforma tributária

TRANSPORTES

RODOVIAS



REVISAR

EXPANSÃO DA MALHA

- › Ações de duplicação, construção de terceiras faixas, construção/pavimentação, acessos aos portos e aeroportos, contornos e travessias urbanas
- › Eliminação de pontos de estrangulamento (aumento de capacidade) em eixos estratégicos
- › Incorporação de novas regiões ao processo de desenvolvimento
- › Ampliação da integração física nacional aos países vizinhos
- › Redução do custo de transporte
- › Melhoria do tráfego e da segurança viária

MANUTENÇÃO E SEGURANÇA

- › Conservação, restauração, sinalização, controle de peso e velocidade
- › Melhoria da qualidade do pavimento e da trafegabilidade
- › Aumento da segurança viária & redução do índice de acidentes
- › 100% de Cobertura de manutenção da malha viária
- › Contratos de manutenção de longo prazo
- › Ações para coibir roubo de cargas

RODOVIAS



REVISAR

ESTUDOS E PROJETOS

- › Proposição de carteiras de projetos para investimentos em infraestrutura em restauração, duplicação, construção/pavimentação, acessos aos portos e aeroportos, contornos e travessias considerando a integração com os demais modos de transporte
- › Modelagens de novas concessões em rodovias com volumes de tráfego compatíveis, mediante inclusão de novos investimentos, com foco na modicidade tarifaria
- › Projetos prioritários de novas concessões para as rodovias em processo de relicitação
- › Considerar sempre a Sustentabilidade Ambiental

FERROVIAS



REVISAR

EXPANSÃO DA MALHA

- › Investimentos de ampliação de capacidade da malha ferroviária existente
- › Expansão da malha, por meio de novos investimentos de expansão da cobertura malha ferroviária nacional – conexão das áreas de produção aos mercados consumidores e portos de exportação
- › Investimentos de ampliação de capacidade e de novas linhas para transporte de passageiros

MANUTENÇÃO E SEGURANÇA

- › Garantia dos investimentos em manutenção da segurança operacional

FERROVIAS



REVISAR

ESTUDOS E PROJETOS

- › Proposição de carteiras de projetos para ampliação de capacidade e de Expansão da malha para cargas e passageiros
- › Proposição de carteiras de projetos para Integração Multimodal, incluindo terminais
- › Modelagens de novos estudos para investimento cruzado
- › Projetos prioritários de novas concessões para as ferrovias/trechos ferroviários devolvidos
- › Considerar sempre a sustentabilidade Ambiental

AJUSTES DO MODELO REGULATÓRIO

- › Estímulo à competição no transporte ferroviário de cargas
- › Incentivos regulatórios à maximização do uso da capacidade da infraestrutura ferroviária instalada
- › Estímulos regulatórios à interoperabilidade
- › Contrapartidas ao processo de outorgas por autorização
- › Estímulos a novos investimentos (privados e públicos)
- › Aperfeiçoamento do mecanismo de investimentos cruzados

AEROPORTOS

EXPANSÃO DA CAPACIDADE DO SISTEMA AEROPORTUÁRIO

- › Ampliação e/ou construção de novos terminais de passageiros e cargas, visando à Garantia o atendimento à crescente demanda, visando à garantia de padrões de segurança operacional e conforto
- › Modernização tecnológica de sistemas operacionais - controle de tráfego aéreo e terrestre, transporte de bagagens, pontes de embarque etc
- › Fortalecimento de estrutura de armazenagem e distribuição de cargas
- › Investimentos em infraestruturas aeroportuárias para permitir acesso a localidades isoladas e de elevado potencial turístico



REVISAR

AJUSTES DO MODELO REGULATÓRIO

- › Estímulo à competição no setor
- › Incentivo à atração de novas empresas
- › Incentivo à aviação elétrica de curta distância - aeronaves eVTOL (aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical)

AEROPORTOS



REVISAR

ESTUDOS E PROJETOS

- › Proposição de carteiras de projetos para aeroportos regionais
- › Modelagens de estudos de aeroportos para concessão ou PPP
- › Considerar sempre a sustentabilidade Ambiental

PORTOS

MODERNIZAÇÃO - RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE

- › Investimentos em sistemas de atracação, dragagens e acessos terrestres
- › Desburocratização das operações portuárias
- › Incentivo aos investimentos privados
- › Aprimoramento da segurança operacional e da navegação nos portos e instalações portuárias
- › Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário
- › Promoção dos investimentos e as iniciativas voltadas ao desenvolvimento da inovação nos portos e instalações portuárias
- › Demais ações visando à redução de custos das atividades e dos serviços do Setor Portuário



REVISAR

AJUSTES DO MODELO REGULATÓRIO

- › Aumento da competição no setor
- › Avaliação de limites às integrações (horizontal e vertical)
- › Regulamentação de atividades - THC2/SSE
- › Proposição de modelo alternativo de gestão portuária (delegação de serviços e manutenção da gestão estratégica) - Modelo de "Zeladoria"

PORTOS



REVISAR

ESTUDOS E PROJETOS

- › Proposição de carteiras de projetos portuários públicos - IP4
- › Modelagens de estudos de portos para concessão ou PPP
- › Considerar sempre a sustentabilidade Ambiental

HIDROVIAS



REVISAR

MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA NAVEGABILIDADE DOS RIOS BRASILEIROS

- › Fomento a atividades de dragagem, derrocamento e sinalização
- › Incentivo à expansão de terminais hidroviários de passageiros e carga
- › Aumento na segurança da navegação
- › Promoção da inserção das questões relacionadas à mudança do clima, considerando medidas de adaptação e de mitigação no sistema de transportes hidroviários
- › Articulação do planejamento de transportes junto ao setor industrial, agrícola e agroindustrial, considerando a oferta de uma rede viária ampliada e a inclusão de componentes tecnológicos voltados à segurança veicular e eficiência energética no âmbito do setor hidroviário
- › Ações para coibir roubo de cargas
- › Demais ações visando à redução no custo de frete do modo hidroviário

ESTUDOS E PROJETOS

- › Proposição de carteiras de projetos hidroviários
- › Modelagens de estudos hidroviários para PPP
- › Considerar sempre a sustentabilidade Ambiental

ENERGIA

CASA CIVIL

GERAÇÃO DE ENERGIA



REVISAR

- › Prioridade para as fontes competitivas, renováveis e de baixa emissão de carbono que contribuam para os grandes objetivos da política energética:
 - › segurança de fornecimento e suprimento; modicidade tarifária; transição energética; sustentabilidade; desenvolvimento econômico, industrial com geração de emprego, inclusão social e redução das desigualdades
- › Especial atenção para projetos de novas tecnologias de geração que permitam avanço tecnológico e a reindustrialização.
- › Prioridade para projetos que reforcem a capacidade de armazenamento dos reservatórios (usinas híbridas, usinas reversíveis, armazenamento etc)
- › Priorizar fontes renováveis para suprimento dos Sistemas Isolados, contribuindo para a redução da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)
- › Garantir a oferta de energia por meio de inventários e estudos de viabilidade, priorizando os aproveitamentos binacionais

DISTRIBUIÇÃO E LUZ PARA TODOS

- › Universalização do acesso à energia elétrica e atendimento com prioridade ao déficit levantado pelas empresas distribuidoras
- › Atendimento prioritários para populações indígenas e quilombolas e população residentes em áreas de preservação natural
- › GD, em especial solar, para permitir que populações vulneráveis tenham acesso à energia renovável de baixo custo e também reduzir a CDE
- › GD em áreas com elevado nível de perdas comerciais



REVISAR

CASA CIVIL

LINHAS DE TRANSMISSÃO



REVISAR

- › Prover maior segurança e confiabilidade ao suprimento de energia elétrica
- › Concluir a interligação de Roraima ao Sistema Interligado Nacional
- › Garantir o escoamento de energia dos empreendimentos de fontes renováveis e limpas
- › Implementação de reforços em pontos do Sistema Interligado Nacional - SIN, para possibilitar maior escoamento de energia e atendimento ao incremento natural do sistema
- › Atendimento à expansão da demanda nas cinco regiões do País
- › Prioridade aos projetos de menor impacto ambiental

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



REVISAR

- › Apoio a projetos de efficientização com grande potencial de geração de empregos, como, por exemplo, projetos de eficiência através de reforma de edificações
- › Promover a eficiência energética de forma geral e também a eficiência ambiental (análise ciclo de vida)
- › Facilitar a substituição de máquinas e equipamentos obsoletos ou a aquisição de novos com vistas à descarbonização de alguns segmentos industriais
- › Instituir padrões construtivos que propiciam redução do uso de energia de acordo com as diferenças bioclimáticas
- › Substituir equipamentos ineficientes

PETRÓLEO E GÁS



REVISAR

- › Reforçar a capacidade de exploração, produção e abastecimento dos agentes nacionais, contribuindo para reduzir a dependência externa
- › Pesquisas exploratórias, construção de plataformas e desenvolvimento da produção
- › Aumento do conteúdo nacional em toda a cadeia
- › Apoio especial à construção de novas instalações e infraestruturas que viabilizem o atendimento da demanda por insumos energéticos, em especial aqueles mais alinhados à transição energética
- › Melhorar a qualidade dos combustíveis e derivados, atendendo aos padrões internacionais e ambientais
- › Apoio aos biocombustíveis reconhecendo sua importância estratégica para o país
- › Especial foco nos projetos que ampliem atuação em energias renováveis e ações de descarbonização por parte das empresas que produzem combustíveis fósseis
- › Apoio à cadeia petroquímica e fertilizantes para reduzir a dependência externa e desenvolver a indústria nacional

CASA CIVIL

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INDÚSTRIA NACIONAL

- › Apoio especial a projetos em linha com a transição energética e o fortalecimento das cadeias produtivas associadas
- › Prioridade a projetos na energia em geral que tenham impacto relevante na geração de empregos e desenvolvimento
- › Incentivo à internalização da produção de insumos, componentes e equipamentos, sobretudo das fontes limpas, renováveis e as novas tecnologias da transição energética (hidrogênio verde, eólicas convencionais e offshore, solar fotovoltaica, usinas reversíveis e híbridas, biocombustíveis etc)
- › Especial atenção ao suprimento e desenvolvimento da cadeia de minerais críticos para a transição energética



REVISAR

CASA CIVIL

COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS



REVISAR

- › Ampliar a participação dos combustíveis renováveis na matriz energética
- › Biodiesel, etanol e outros biocombustíveis
- › Infraestrutura para escoamento da produção

COMUNICAÇÕES

CASA CIVIL

CONNECTIVIDADE NAS ESCOLAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- › Garantir conexão de todas as escolas públicas brasileiras com a melhor tecnologia disponível e velocidade adequada para a realização de atividades pedagógicas
- › Garantir espaços pedagógicos dentro da escola conectados (distribuição do sinal via wifi)
- › Garantir conexão de todos os equipamentos públicos com a melhor tecnologia disponível e velocidade adequada para a oferta de serviços integrados de esporte, lazer, cultura e assistência social

TV 3.0

> ...

CASA CIVIL

INFOVIAS

- › Conexão de áreas não atendidas pelo infraestrutura instalada (backbone e backhaul)
- › Áreas críticas atendidas por projetos especiais:
 - › Norte Conectado
 - › Nordeste Conectado

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

CASA CIVIL

CRECHES E PRÉ-ESCOLAS



REVISAR

- › Ampliar a oferta de educação para crianças de 0 a 5 anos
- › Reduzir o déficit de atendimento, na faixa etária fundamental para preparação do aprendizado

UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA

- › Garantir atendimento médico adequado para urgências de baixa e média complexidade
- › Reduzir a superlotação das emergências dos grandes hospitais
- › Serviços Oferecidos
 - › Atendimento de urgência em clínica geral, pediatria, eletrocardiograma, raios X, curativos, laboratório 24 horas, odontologia e medicamentos



REVISAR

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS

- › Ampliar oferta da atenção básica e integral
- › Criar infraestrutura de apoio às equipes de saúde da família
- › Serviços Oferecidos
 - › Atendimento de rotina em clínica médica, ginecologia, pediatria, odontologia, curativos, vacinas, promoção e prevenção



REVISAR

QUADRAS ESPORTIVAS NAS ESCOLAS

- › Universalizar quadras esportivas em escolas com mais de 500 alunos
 - › Construção de quadras cobertas
 - › Cobertura de quadras existentes

- › Garantir o acesso à prática esportiva e de lazer a crianças e jovens



REVISAR

INFRAESTRUTURA URBANA

MINHA CASA, MINHA VIDA



REVISAR

REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL

- › Ampliação da produção habitacional, sobretudo para as famílias de baixa renda
- › Dinamização do setor de construção civil e geração de trabalho e renda
- › Disponibilização de subsídio conforme a capacidade de pagamento das famílias
- › Resgate do Fundo Garantidor para redução do risco de financiamento
- › Distribuição de renda e inclusão social
- › Apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento da atuação dos agentes públicos e privados responsáveis pela promoção do Programa
- › Inovação tecnológica com vistas à redução de custos, à sustentabilidade ambiental e climática e melhoria da qualidade da produção habitacional

FINANCIAMENTO HABITACIONAL – SBPE

- › Construção, aquisição de imóveis novos e usados, e reforma de unidades habitacionais
- › Garantia de acesso à casa própria
- › Dinamização do mercado imobiliário



REVISAR

CASA CIVIL

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

- › Produção e melhorias habitacionais
- › Implantação de redes de distribuição de água potável, esgotamento sanitário, microdrenagem, sistema viário e iluminação
- › Implementação de ações de consolidação geotécnica e drenagem para prevenção de desastres naturais
- › Implantação de equipamentos de saúde, educação, esporte, lazer e cultura
- › Regularização fundiária
- › Transformação de favelas em bairros populares
- › Melhoria da qualidade de vida da população



REVISAR



REVISAR

MOBILIDADE URBANA

- › Integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos
- › Prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado
- › Integração entre os modos e serviços de transporte urbano
- › Mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade
- › Incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes
- › Priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado
- › Fomentar o transporte de média e alta capacidades - Metrô, VLT, BRT e corredor de ônibus
- › Execução de empreendimentos que promovam a integração física e tarifária de transporte público coletivo
- › Ampliar a capacidade de locomoção e a melhoria do transporte público nas grandes cidades
- › Revisar o modelo de financiamento do sistema

CASA CIVIL

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Promover a gestão sustentável de resíduos sólidos

- › Promover o encerramento de áreas de disposição final inadequadas - lixões
- › Fomentar a coleta seletiva e a inclusão de catadores
- › Fomentar soluções tecnológicas para tratamento dos resíduos e valorização energética
- › Soluções sustentáveis - prestação regionalizada, em especial através de consórcios intermunicipais
- › Buscar inclusão socioeconômica dos catadores



REVISAR

PREVENÇÃO A DESASTRES- DRENAGEM E CONTENÇÃO DE ENCOSTAS

- › Adaptar as cidades para enfrentar a emergência climática - redução do risco de desastres naturais
- › Controle de enchentes e inundações recorrentes - Drenagem urbana sustentável e manejo de águas pluviais
 - › recuperação de áreas úmidas; prevenção, controle e minimização dos impactos provocados por alagamentos, enchentes e inundações urbanas e ribeirinhas.
- › CONTENÇÃO de encostas em áreas de risco
- › Mapeamento do grau de vulnerabilidade das cidades



REVISAR

ÁGUA PARA TODOS

CASA CIVIL

ABASTECIMENTO DE ÁGUA



REVISAR

PROMOVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- › Apoio à ampliação do acesso e à melhoria da qualidade dos serviços
- › Expansão da produção e da distribuição de água potável
 - › Adutoras, estações de tratamento, reservatórios, implantação e substituição de redes de distribuição, modernização dos sistemas de medição
- › Estruturar estratégia para assumir o saneamento dos municípios com menos de 50 mil habitantes e para as áreas rurais
 - › Utilizar investimentos públicos e PPP's

ESGOTAMENTO SANITÁRIO



REVISAR

PROMOVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- › Apoio à Ampliação do acesso e à melhoria da qualidade dos serviços
- › Estruturar estratégia para assumir o saneamento dos municípios com menos de 50 mil habitantes e para as áreas rurais
 - › Priorizar assentamentos precários e zona rural
 - › Utilizar investimentos públicos e PPP's
- › Expansão da coleta e do tratamento de esgotos
 - › Redes coletoras, estações elevatórias, interceptores, emissários e estações de tratamento de esgotos

INFRAESTRUTURA HÍDRICA



REVISAR

- › Tipologias de intervenções: projetos e obras de canais, sistemas adutores integrados, adutoras e barragens
- › Critérios específicos de priorização:
 - › Empreendimentos complementares ao Projeto de Integração do rio São Francisco - PISF
 - › Empreendimentos de relevância regional
 - › Intervenções que atendam demandas efetivas
 - › Regiões com menores índices de segurança hídrica
 - › Empreendimentos incluídos no Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH
 - › Empreendimentos para mitigação e adaptação aos eventos hidrológicos extremos
 - › Segurança e requalificação de barragens:
 - › De propriedade da União
 - › Estratégicas para o PISF
 - › Que apresentem Dano Potencial Associado médio e alto e Categoria de Risco alto

IRRIGAÇÃO



REVISAR

- › Transferência de propriedade da infraestrutura às organizações de produtores
- › Estruturação de concessões
 - › Identificar oportunidades de investimento
 - › Promover a celebração das parcerias para a prestação dos serviços
 - › Conceder infraestruturas com tarifas adequadas aos usuários
- › Financiamento e incentivos fiscais a produtores:
 - › Investimentos para aumento da eficiência hídrica e energética dos produtores dos perímetros públicos de irrigação
 - › Incentivos fiscais por meio do REIDI para aumento da eficiência hídrica e energética dos produtores
 - › Investimentos para aumento do valor bruto da produção por hectare
- › Investimentos públicos nas áreas de uso comum condicionados a existência de investimentos privados em aumento da eficiência e do valor da produção

ÁGUA NO AMBIENTE RURAL



REVISAR

- › Tipologias de intervenções: sistemas simplificados de abastecimento de água, sistemas de dessalinização, cisternas de consumo e produção, barragens subterrâneas, módulos sanitários e outras tecnologias de acesso à água
- › Critérios específicos de priorização:
 - › Povos e comunidades tradicionais
 - › Regiões com menores índices de desenvolvimento humano
 - › Populações em situação de vulnerabilidade social
 - › Populações atendidas pela operação carro-pipa federal

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS



REVISAR

- › Investimentos compulsórios do setor elétrico ([Lei n. 14.182, de 2021](#))
 - › Seleção pública de empreendimentos que promovam infiltração de água no solo, redução do carreamento de sólidos, recarga de aquíferos, combate à poluição, prevenção e mitigação de regimes de escoamento extremos
 - › Seleção de ações articuladas que promovam resultados na quantidade e qualidade de água, evitando a pulverização de esforços
 - › Promoção da disponibilidade de água aos usos múltiplos e adoção de análises territoriais e integradas
- › Financiamento e incentivos fiscais a produtores:
 - › Investimentos para recuperação ambiental, adequação a exigências legais, gestão ambiental
 - › Investimentos em soluções baseadas na natureza e no uso eficiente de recursos
 - › Incentivos fiscais por meio do REIDI para aumento da eficiência hídrica e energética dos produtores
 - › Investimentos produção com base agroecológica